

DOIS PESOS

Tolerância do governo local é apontada como responsável pela desordem urbana que atinge a qualidade de vida no DF

Invasão

Acusações de descaso e omissão

A omissão da fiscalização serve aos especuladores. Condomínios como o Estância Quintas da Alvorada, nas imediações do Jardim Botânico de Brasília, ou o Alto da Boa Vista, em Sobradinho, ressurtem das cinzas. Os lotes estão sendo revendidos e antigos compradores pensam até em fundar uma associação dos prejudicados pela nova onda de grilagem de terras públicas.

“A estratégia do governo parece mesmo ser essa: de deixar a situação se consolidar, os moradores se organizarem, para só então entrar em ação para legalizar”, desconfia o advogado Eduardo Roriz, candidato à presidência da seção brasiliense da Ordem dos Advogados do Brasil. Roriz — o advogado — não está sozinho nesta opinião.

O líder do PT na Câmara Legislativa acha a mesma coisa. “O governador faz ouvido de mercador para as invasões dos mais ricos. Essa omissão só contribui para a destruição do meio ambiente e o surgimento de mais e mais invasões”, critica o deputado distrital Paulo Tadeu.

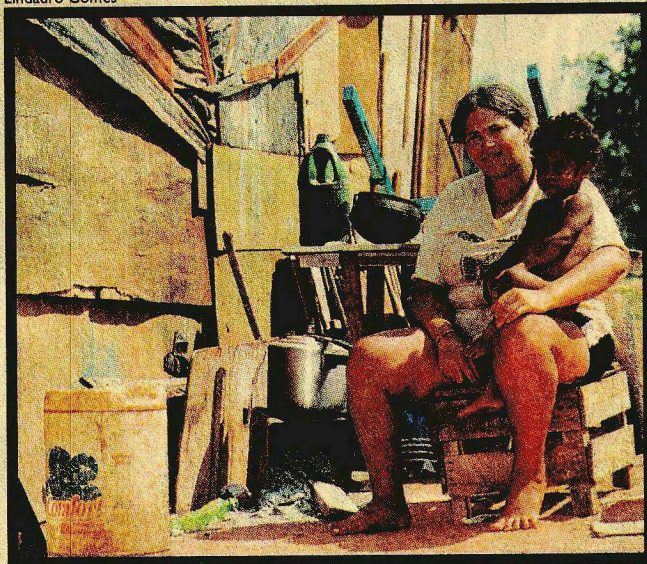
O administrador de Taguatinga, Valdemar Aguiar, faz *mea culpa* sobre o problema. “É o errado que dá certo. Não posso ser a palmatória do mundo”, alega, ao dizer que a fiscalização pode pouco quando as invasões de classe média se amparam em liminares da Justiça ou atingem proporções gigantescas, como na Vicente Pires. “Ali não é mais setor de chácaras, mas de mansões. Já é área urbana”, explica.

ZONA URBANA

O Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), de 1997, efetivamente transformou a região em zona urbana de dinamização. Traduzindo: pode ser habitada. O

DERRUBADA

Lindauro Gomes



ELISÂNGELA: “SE TIRAREM, A GENTE VAI PRA RODOVIÁRIA”

SETOR DE ARMAZENAGEM NORTE

É a maior invasão hoje dentro do Plano Piloto. Os 214 barracos do Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte (SAAN), perto do Carrefour Norte, devem ser derrubados amanhã. No local, moram famílias que sobrevivem da venda de latinhas de alumínio e de papelão. Outras trabalham na Ceasa ou vivem de biscates pelas ruas de Brasília. O marido de Elisângela da Conceição, por exemplo, é lavador de carros no estacionamento do Tribunal de Justiça do

Distrito Federal (TJDF). Grávida do terceiro filho (ela não faz idéia nem de quantos meses está), a moça não se preocupa muito com a remoção. “A gente vai para debaixo da ponte ou para a rodoviária”, conforma-se. A invasão do SAAN é antiga. Começou há cinco anos e os primeiros moradores do lugar vieram de outra invasão, que existia atrás da Ceasa. O paraibano Francisco Pereira, 52, é desse tempo. “Aqui só tinha plantação de mamona”, lembra ele.

problema é que o parcelamento nunca foi autorizado, nem as terras são do GDF. A mesma confusão da propriedade das terras ocorreu em outras áreas, como no Condomínio Nova Colina, em Sobradinho. Na próxima semana, autoridades do governo Roriz programam ir até lá. Na pauta dos discursos, a promessa da regularização.

“Não vamos permutar área e nem fazer parte desse jogo de chantagem em que o GDF aparece como salvador da pátria”, avisa o gerente do Patrimônio Regional da União,

Raimundo Ribeiro. Ou seja, as autoridades entram em cena para prometer a regularização, mas não há discurso nem ação de combate à exploração da terra pública. “Se o governo não entrar para congelar esse processo de invasão, os grileiros vão tomar conta de tudo. E o governador Roriz entrará para a história como conivente de tudo isso”, critica o deputado distrital Renato Rainha (PL).

LEIA MAIS SOBRE
GRILAGEM NA PÁGINA 14